



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ARTE, CULTURA E
HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA- AMÉRICA LATINA

**TEODORICO LEITE DOS SANTOS:
HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DE UM INDÍGENA RESISTENTE NO
SÉCULO XX NO PARANÁ**

PAULA FERNANDA SANTOS DA SILVA

Foz do Iguaçu

2019

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ARTE, CULTURA E
HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA-AMÉRICA LATINA

TEODORICO LEITE DOS SANTOS:

**HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DE UM INDÍGENA RESISTENTE NO SÉCULO XX
NO PARANÁ**

PAULA FERNANDA SANTOS DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História- América Latina.

Orientador: Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti

Foz do Iguaçu

2019

PAULA FERNANDA SANTOS DA SILVA

TEODORICO LEITE DOS SANTOS:
HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DE UM INDÍGENA RESISTENTE NO
SÉCULO XX NO PARANÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História-América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti
UNILA

Prof. Dra. Rosangela de Jesus Silva
(UNILA)

Prof. Dra. Maria Eta Vieira
(UNILA)

Foz do Iguaçu, 13 de dezembro de 2019.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): _____

Curso: _____

Tipo de Documento

- | | |
|------------------------|--|
| (.....) graduação | (.....) artigo |
| (.....) especialização | (.....) trabalho de conclusão de curso |
| (.....) mestrado | (.....) monografia |
| (.....) doutorado | (.....) dissertação |
| | (.....) tese |
| | (.....) CD/DVD – obras audiovisuais |
| | (.....) _____ |

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____ / ____ / ____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* Licença 3.0 Unported.

Foz do Iguaçu, _____ de_

_____.

Assinatura do Responsável _____

Dedico este trabalho de conclusão de curso aos meus avós Teodorico Leite dos santos, Edite Vilaca dos Santos e à minha mãe Margarida Salete dos Santos.

AGRADECIMENTO (S)

Em primeiro lugar agradeço ao meu professor-orientador Clovis Antonio Brighenti, não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua ajuda durante a graduação, aos meus avós que sempre estiveram me apoiando e que foram de grande importância na minha vida, à minha mãe, a senhora Margarida Salete dos Santos pelo incentivo, aos meus amigos e colegas, em especial, ao colega de graduação Rafael Fonseca, por me ajudar durante a graduação e ao Mike Andreolla que sempre esteve me apoiando nos momentos de fraqueza e a todos que me incentivaram durante esta jornada.

“As nuvens mudam sempre de posição, mas são sempre nuvens no céu. Assim devemos ser todo dia, mutantes, porém leais com o que pensamos e sonhamos; lembre-se, tudo se desmancha no ar, menos os pensamentos”.

(Paulo Beleki)

SANTOS DA SILVA, Paula Fernanda. **Teodorico Leite dos Santos**: História e trajetória de um indígena resistente no século XX no Paraná. 2019. 53 p. Trabalho de Conclusão de Curso (História América latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo analisar a trajetória pessoal e social de um indivíduo indígena desterrado no estado do Paraná. Metodologicamente faremos uma análise sobre seu processo de sobrevivência durante a colonização do Paraná no século XX associado às fontes teóricas da história social, história oral e fundamentalmente da História Indígena. Na região Oeste do Paraná no final do século XIX início do século XX, estava havendo vários processos de mudanças, a imigração, a colonização, a entrada de empresas no estado para extração da erva-mate e da madeira. O Senhor Teodorico Leite dos Santos foi um dos trabalhadores utilizado de mão de obra para a extração de erva mate. A partir de sua trajetória, analisaremos os processos de exploração da mão de obra indígena no Paraná para a extração de erva mate. No período analisado, o Oeste do Paraná foi um estado onde sua economia se baseava no extrativismo. Por fim, analisaremos o processo de identificação de seu Teodorico com as práticas indígenas, especialmente aquelas relacionadas ao manejo de plantas e benzimentos. De um sujeito considerado integrado pelo Estado, se sobrai um indivíduo que maneja os dois mundos, as duas cosmogonias e transita, com muita segurança nos saberes da ancestralidade. Podemos concluir que o projeto do Estado, de branqueamento e integração do indígena, fracassou.

Palavras-chave: Sobrevivência; Exploração; Erva Mate; Indígena.

SANTOS DA SILVA, Paula Fernanda. **Teodorico Leite dos Santos**: History and trajectory of a resistant indigenous in the twentieth century in Paraná. 2019. 53 p. Course Conclusion Paper (History-Latin America) - Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2019.

ABSTRACT

This conclusion paper aims to analyze the personal and social trajectory of an exiled indigenous individual in the state of Paraná. Methodologically we will make an analysis of its survival process during the colonization of Paraná in the twentieth century associated with the theoretical sources of social history, oral history and fundamentally of Indigenous History. In the western region of Paraná in the late nineteenth and early twentieth centuries, there were several processes of change, immigration, colonization, the entry of companies in the state for the extraction of yerba mate and wood. Senhor Teodorico Leite dos Santos was one of the laborers used for the extraction of yerba mate. From its trajectory, we will analyze the processes of exploitation of indigenous labor in Paraná for the extraction of yerba mate. In the period analyzed, Paraná was a state where its economy was based on extractivism. Finally, we will analyze the process of identifying your Theodoric with indigenous practices, especially those related to plant management and blessing. From a subject considered to be integrated by the State, there remains an individual who manages both worlds, both cosmogonies and transits, very safely in the knowledge of ancestry. We can conclude that the state project of bleaching and integrating the indigenous failed.

Key words: Survival; Exploitation; Yerba Mate; Indigenous.

SANTOS DA SILVA, Paula Fernanda. **Teodorico Leite dos Santos:** Historia y trayectoria de un indígena resistente en el siglo XX en Paraná. 2019. 53 p. Documento de finalización del curso (Historia - América Latina) - Universidad Federal de Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMEN

Este documento de conclusión tiene como objetivo analizar la trayectoria personal y social de un individuo indígena exiliado en el estado de Paraná. Metodológicamente haremos un análisis de su proceso de supervivencia durante la colonización de Paraná en el siglo XX asociado con las fuentes teóricas de la historia social, la historia oral y fundamentalmente de la historia indígena. En la región occidental de Paraná a fines del siglo XIX y principios del XX, hubo varios procesos de cambio, inmigración, colonización, la entrada de empresas en el estado para la extracción de yerba mate y madera. El señor Teodorico Leite dos Santos fue uno de los trabajadores utilizados para la extracción de la yerba mate. A partir de su trayectoria, analizaremos los procesos de explotación del trabajo indígena en Paraná para la extracción de yerba mate. En el período analizado, Paraná era un estado donde su economía se basaba en el extractivismo. Finalmente, analizaremos el proceso de identificación de su Teodorico con las prácticas indígenas, especialmente las relacionadas con el manejo y la bendición de las plantas. De un tema considerado como integrado por el Estado, queda un individuo que maneja ambos mundos, cosmogonías y tránsitos, de manera muy segura en el conocimiento de la ascendencia. Podemos concluir que el proyecto estatal de blanqueo e integración de los indígenas fracasó.

Palabras clave: Supervivencia; Explotación; Yerba Mate; Indígena.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Principais Obrages no Oeste do Paraná.

28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ILAACH	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária

SUMÁRIO

1	<u>INTRODUÇÃO</u>	14
2	CAPÍTULO 1. UM INDÍGENA DESTERRADO NO PARANÁ	24
2.1	O CENTRO OESTE DO PARANÁ: NASCIMENTO E IDENTIDADE DE SEU TEODORICO.....	24
2.2	O CONTEXTO INDÍGENA NO PARANÁ NO SÉCULO XX.....	26
2.3	POLÍTICA INDIGENISTA E BRASILIDADE NO SÉCULO XX.....	33
2.4	TRABALHO E SOBREVIVÊNCIA.....	35
3	<u>ELE POR ELE – A RESISTÊNCIA DE TEODORICO</u>	39
3.1	DISCRIMINAÇÃO, SOBREVIVÊNCIA E TRABALHO.....	39
3.2	REAPROXIMANDO DE SUAS ORIGENS.....	42
3.3	A FAMÍLIA – ESPOSA E PROLE.....	44
4	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	46
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
	ANEXOS.....	51

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem por finalidade analisar a trajetória de vida de um indivíduo autodeclarado indígena do povo Guarani, nascido e criado na região centro-oeste do estado do Paraná, num diálogo entre identidade, políticas indigenistas, nacionalidades e colonização. Para analisar sua trajetória, como indivíduo que não teve a experiência da vivência com uma “coletividade”, numa “aldeia” ou “comunidade” indígena, requer pensar diferentes categorias de análise. Faremos uma análise das transformações que ocorreram no Brasil e no estado do Paraná que incidiram sobre a temática indígena e o desejo do branqueamento do Brasil através do processo da integração indígena na “comunhão nacional” e os diferentes mecanismos da resistência indígena, tanto individual como coletivo, que se consubstanciam nos conceitos de etnogênese.

Analisaram a trajetória histórica e de vida do Sr. Teodorico Leite dos Santos. Seu Teodorico nasceu na segunda década do século XX, guarda em sua memória relação com um passado conturbado em que a luta pela sobrevivência era diária. De sua memória poucas lembranças restaram das práticas ditas “tradicionais” indígenas, mas restaram saberes ligados ao sagrado, especialmente de rituais de curas e preparação de remédios a partir da manipulação de plantas. Declara-se indígena Guarani, muito embora não tenha lembrança de vivência coletiva, não vacila na definição de sua identidade.

Essa história revela muito mais do que a vida de um personagem. A partir desse sujeito é possível perceber como o Brasil pensou sua Nação e o lugar que cabia, e que cabe, aos povos indígenas. De acordo com Baniwa (2013, s/p):

Quando observamos a difícil situação de vida dos povos indígenas, pelas permanentes violações de seus direitos básicos, como o direito ao território e à saúde, podemos acreditar que ou o Brasil ainda não definiu seu projeto de nação; ou já definiu e neste projeto não há lugar para os povos indígenas.

Analisar o processo de vida ou processo histórico do Teodorico Leite dos Santos pode ser um método revelador para compreender como (se) o Brasil atingiu sua meta de construir uma Nação, pela qual eram eliminadas as múltiplas e diferentes nações existentes no território. Ele representava o indígena “evoluído” e “civilizado” que teria deixado seu modo de vida para aderir a vida “moderna”, não importando se essa transição deixou cicatrizes de um violento processo ou se foi resultado de uma escolha. Pela “teimosia” da vida, relatada na entrevista a nós concedida, parece certo que se tratou de um processo de profunda violência e que o ideário desejado pelo Estado para criar a nação fracassou.

Das ferramentas que a história dispõe para o referido trabalho desejamos nos apropriar das mais diferentes metodologias. Inicialmente acreditamos que é necessário entender a região centro-oeste do Paraná, compreender como se processou o povoamento no século XX. As fontes consultadas nos permitem afirmar que a penetração do capitalismo através da propriedade privada e da ocupação intensiva do solo, foram ocorrer a partir da década de 1930, quando o Brasil associa a penetração de “oeste” ao nacionalismo de Getúlio Vargas.

De acordo com o Portal visiteobrasil.com.br (2019, s/p), no Paraná, deflagrada a revolução em outubro de 1930,

as forças militares apossaram-se do governo estadual paranaense, instalaram um governo provisório e substituíram as autoridades no interior. As finanças públicas estavam em completo desequilíbrio com a economia em crise. Havia ainda a grave questão das terras devolutas do estado.

O governo de Vargas decide que a região centro-Oeste do Brasil deveria ser ocupada por outra prática de ocupação que não as práticas indígenas. Lança um plano de nacionalizar as fronteiras e modificar sua ocupação. Aplica o conceito de vazio demográfico para apropriar-se das terras indígenas. Esse contexto será melhor abordado no capítulo um.

Importa-nos compreender o contexto histórico de vida do senhor Teodorico Leite dos Santos e, perceber que suas andanças pelo estado

paranaense em busca da sobrevivência são resultantes dessas mudanças que impactaram e transformaram a região. Associada à penetração regional, temos a perspectiva nacionalista que marcou o período.

Uma contribuição fundamental para nosso TCC será trazer os elementos básicos da teoria e metodologia da história indígena. Essa metodologia é plural e implica diálogo com diferentes áreas do conhecimento, especialmente com a antropologia. Esse diálogo tem permitido perceber os indígenas como sujeitos do processo (ALMEIDA, 2012) e não mais como elemento passivo e subordinado a um esquema evolucionista. O diálogo entre história e antropologia implica ir além do domínio metodológico, “os etno-historiadores devem dominar ainda a arte de usar essas duas abordagens de maneira integrada” (TRIGGER, apud ALMEIDA, 2012, p.158). Cardoso e Vaifas (2012) também concordam que a “nova história cultural” está com um pé em cada mundo e tem na antropologia a “interlocutora privilegiada”.

A pesquisa em história indígena exige do pesquisador novos marcos referenciais em sua abordagem. Os pressupostos teóricos devem partir de outras temporalidades, diferentemente da abordagem clássica da história. Afinal, os indígenas não ingressaram na história apenas no século XV durante o período colonial, a arqueologia é um importante instrumento para demonstrar a longevidade da presença dessas populações no continente (CUNHA, 1992), nesse sentido amplia-se os universos de fontes para além da produção escrita, deslocando-se para a cultura material e imaterial, dos conhecimentos e saberes transmitidos na oralidade. De acordo com Almeida (2012) as relações estabelecidas com indígenas na atualidade não podem ser pautadas pelos conceitos de transitórios ou mesclados, sugerindo que esses seriam menos indígenas que as gerações passadas, mas na relação de sujeitos históricos de seu tempo, agindo a partir das condicionantes temporais e tradicionais.

Ao trabalhar com a história indígena no tempo presente é importante considerar a dimensão da memória. Maurice Halbwachs (2006, p.86) nos ensina que “ao lado de uma história escrita há uma história viva que se perpetua ou se renova através dos tempos”. Halbwachs discorre sobre a memória

coletiva, apontando para a dimensão social da mesma, contextualizada nas vivências particulares. Alessandro Portelli (1997) também traz significativa contribuição a compreensão dos processos de registro da memória, porém na dimensão individual: “A memória é um processo individual que ocorre no meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados” (PORTELLI, 1997, p.16).

O registro da memória passa necessariamente pela oralidade. Para o registro da oralidade, trabalharemos a partir das orientações de Bom Meihy (2004), que nos adverte que não é apenas quando não existem documentos que a História Oral acontece. Ela é vital também para produzir outras versões das histórias.

Consideramos fundamental perceber os indígenas como sujeitos dos processos. Durante este período de colonização houve intensos conflitos entre indígenas e empresas colonizadoras, fazendeiros e colonos. Os indígenas eram considerados “índios bravos”, por defender seus territórios contra invasores, também rendeu a eles o estigma de traiçoeiros. Tanto do ponto de vista das ciências sociais como das políticas públicas, os povos indígenas eram vistos como categoria transitória, povos que deveriam desaparecer, pois até a década de 1970, para essa visão historiográfica, os indígenas não tinham nem passado e nem futuro e que seu fim era próximo (CUNHA, 1992; ALMEIDA, 2012).

A partir da década de 1970, ocorrem mudanças nas teorias acadêmicas. Nesse mesmo período os povos indígenas iniciam uma maior participação e redefinem o protagonismo no cenário nacional. É um momento na história que são questionadas as ideias do desaparecimento e integração indígena. Esse processo vai contribuir, no Brasil, com as mudanças na Constituição Federal de 1988, quando os indígenas passam a ser reconhecidos em sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. A partir do marco legal, iniciam lentamente as mudanças nas políticas indigenistas. Portanto, se até então era desejável que o indígena mudasse sua perspectiva sociocultural, a partir de então, esse contexto se altera profundamente.

A história também mudou sua forma de historicizar esses povos,

tanto na consideração de novas fontes, como nas novas abordagens, fundamentalmente abandonando a perspectiva comparativista, que buscava nos povos indígenas as mesmas categorias das sociedades ocidentais, e quando não as encontrava, retraia-se. A História Indígena ou etno-história é uma forma de melhor compreender os povos indígenas, valorizando saberes e também as tradições orais como fonte de estudos.

Segundo Thiago Cavalcante:

A etno-história, como método interdisciplinar, é o melhor caminho para se compreender os povos de culturas não-ocidentais a partir de uma perspectiva histórica. Nesse sentido, é dada muita importância às tradições orais e às fontes arqueológicas, que podem oferecer dados bastante valiosos sobre essas culturas, as quais, em sua maioria advêm de tradições ágrafas. A linguística também tem se demonstrado uma valiosa aliada nesse campo de pesquisa, os estudos de linguística histórica são capazes de apresentar diversos aspectos que dificilmente seriam acessados por outras vias (CAVALCANTE, 2009).

Essas tradições orais são objeto de grande importância para a história indígena pois através dela, conseguimos fazer um estudo mais aprofundado sobre os fatos ocorridos durante a colonização até os dias atuais, na perspectiva desses povos.

A nova História Indígena rompeu com as perspectivas gestadas no século XIX, com o surgimento do Estado-nação na América Latina. Naquele momento os indígenas deixaram de ser pensados a partir da perspectiva do catolicismo para serem referenciados pelas ciências. Duas novidades surgem nesse momento: a primeira é que eles não podem mais ser considerados nações, mas grupos étnicos apenas, porque o desejável no momento era a criação da Nação brasileira; o segundo aspecto tem a ver com o lugar onde viviam. De acordo com Cunha (1992), os indígenas acabam sendo cada vez menos essenciais como mão de obra, mas passam a ser cobiçadas as terras que ocupam. Os indígenas que resistiram ao processo assimilacionista deveriam ser eliminados. Segundo Manuela Carneiro da Cunha, “até por orgulho nacional, a humanidade dos índios era afirmada oficialmente, mas privadamente ou de uso interno no país, no entanto, a ideia de bestialidade, da fereza, em suma da animalidade dos índios era comumente expressa” (CUNHA, 1992, p. 134).

No século XIX os indígenas eram categorizados como “Bravos” ou “Domesticados”, na dicotomia Tupi = amigo e aliado, mas já extinto; Tapuia = Bravio, ocupante dos sertões que deveria ser eliminado ou assimilado. A “domesticação” dos indígenas supunha, sua sedentarização em aldeamentos, aplicados em grupos agricultores, quanto aos caçadores e coletores. Os Bravos passam a ser incorporados aos grupos que vão sendo encontrados e guerreados nas fronteiras do império. Exemplos disso são os indígenas do tronco linguístico Tupi, em especial os Guarani, que são romantizados na literatura e vistos como o índio bom, podem ser chamados de índios domesticados.

Já os Botocudos, que não é somente um índio vivo, mas sim aquele que guerreia, eram considerados “adeptos” à violência. Para esses indígenas, as velhas práticas de aldeamentos, catequização e doutrinação para o trabalho agrícola eram convenientes, pois não só os tiravam de regiões de disputa, mas os levavam para regiões de menor interesse da oligarquia agrária.

No século XX, essa imagem do indígena selvagem estava desaparecendo, pois neste período emergiam políticas de integração dos povos originários através da prática tutelar implantada pelo governo brasileiro. A partir daí nasce o sentimento de nação brasileira, em busca da sua identidade própria. Assim, era necessário buscar um lugar para o indígena no território brasileiro. São fortalecidas as teorias das três raças, ou matrizes raciais: branco, negro e o índio, tendo em Ribeiro (2001) importante referência desse pensamento.

De acordo com Leandro Rocha:

Os séculos de miscigenação mostram graus variados de influências destas raças: branca, negra e indígena, predominando a branca, pois esta era a mais desenvolvida, aos passos que os índios haviam sido eliminados pela guerra, o negro havia sido aniquilado pela escravidão. Foi por estes motivos que começaram a surgir a ideia de Branqueamento. Assim a mestiçagem acaba assumindo um papel importante, uma vez em que a nação europeia não teria sido transplantada integralmente para a nação brasileira (ROCHA, 2003, p. 41).

A miscigenação na nação brasileira é produto do século XIX, uma vez que o país tinha na sua composição étnica a maioria de negros e indígenas. Indicam-se as ideias de que o cruzamento entre raças desiguais, pois negros e índios eram considerados inferiores aos europeus (brancos). Segundo os

intelectuais da época, a miscigenação trazia problemas, os chamados “defeitos” devido às heranças biológicas.

A partir desse período o Estado vai estimular o aumento da imigração europeia, creditado à ideia de branqueamento e, além de outras ideias, de evolucionismo, como, por exemplo, do positivismo.

O positivismo procura uma nova solução para o problema índio, como ideologia, buscava uma visão bem rígida da humanidade, cujo processo segue uma evolução linear. Os índios são vistos como um estágio da evolução humana, o unimista. Consequentemente, não eram capazes de pensamento racional e objetivo, entretanto, podendo evoluir por meio da educação e da proteção. Para o serviço de proteção ao índio, era dever do estado, dar aparatos para ocorrer esta evolução, para que pudessem ser incorporados à nação brasileira (ROCHA, 2003. p. 46).

Cabia ao Estado acelerar a “evolução” do índio, até o mesmo atingir a civilização. Tal ideia foi defendida por vários intelectuais do século XIX, esse ideário encontrou amparo na criação da Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, que se aproximava dos ideais do positivismo, pois para tal instituição, era dever do Estado dar proteção ao índio para que eles pudessem “evoluir”, e assim que estivesse integrado poderia dispor das terras para terceiros.

De acordo com o pensamento civilista brasileiro, o índio deveria se tornar um ser “civilizado”, que pudesse ser incorporado na nação brasileira. Contudo a sua cultura deveria ser mudada, pois a cultura europeia era dita como superior.

De acordo com Carlo Ginzburg:

A existência de desníveis culturais no interior das assim chamadas sociedades civilizadas e o pressuposto da disciplina que foi aos poucos se auto definindo como folclore, antropologia social, história das tradições populares, etnologia europeia. Todavia, emprego do termo cultura para definir conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico é relativamente tardio e foi emprestado da antropologia cultural.

Só através do conceito de “cultura primitiva” e que se chegou de fato a reconhecer que aqueles indivíduos outrora definidos de forma paternalista como “camadas inferiores dos povos civilizados” possuíam cultura.

A consciência pesada do colonialismo se uniu assim a consciência pesada da opressão de classe. (GINZBURG, 2008, p. 12).

Essa cultura vista como primitiva, deveria se modificar de acordo com as mudanças da época.

Não podíamos abdicar de perceber também o sujeito do processo, o Sr. Teodorico Leite dos Santos. Para tanto recorreremos à história social, na tentativa de nos aproximar da micro-história, mas, afastada da perspectiva biográfica.

Conforme destacou Schmidt (2012, p.194) é importante “avaliar a extensão da liberdade individual em diferentes contextos, mesmo diante de sistemas normativos opressivos e totalizadores” e, há que analisar se a conduta de Teodorico “se diferenciou dos padrões sociais e culturais da época em que viveu”. Analisar se a conduta pode ser considerada também “resistência”, “protagonista” ou simplesmente “subjugada” aos interesses coloniais. Schmidt busca em Ginzburg elementos que contribuem para essa análise, enfatizando que “[...] assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um” (GINZBURG, 1987, apud SCHMIDT, 2012, p.194).

A melhor maneira de perceber o Sr. Teodorico Leite, é escutá-lo, deixar que a narrativa, a partir de sua memória, flua ao ponto de externar sua percepção de mundo, bem como demonstrar ao leitor como ele se moveu nesse mundo, nas condições que lhes eram dadas. Usamos a metodologia da história oral. De acordo com Bom Meihy (2004) essa metodologia consiste em gravações de narrativas pessoais, feitas através de instrumentos tecnológicos, destinada a recolher testemunhos sobre determinado fato, sendo utilizado como forma de elaborar documentos ou arquivar determinado projeto, portanto, ela sempre é história de tempo presente. Ainda de acordo com meihy (2004) a história oral é um conjunto de procedimentos, que deve se seguir com rigor, contendo a elaboração do projeto; as pessoas que deveriam ser entrevistadas, o planejamento das gravações, a transcrição, autorização de uso e o arquivamento são processos necessários para que se obtenha os resultados.

No momento presente a história oral já é praticada como fonte de conhecimento imediato, nela o passado se faz presente através das entrevistas.

Porém devemos deixar claro que a história oral não é somente

feita de gravações, mas também em suas amplas expressões, como, por exemplo, a oralidade e as fontes orais. A oralidade é a expressão verbal e compreende manifestações sonoras humanas, já as fontes orais são diversas manifestações sonoras, da voz humana destinada a algum tipo de registro que pode ser arquivado ou utilizado para estudo.

Concordamos com Bom Meihy (2004) que história oral preenche os espaços vazios capazes de dar sentido a uma cultura, fundamentando-se no direito da participação social, dando razão que a história é feita de pessoas comuns, sentimentos, idealização, adjetivos, tanto no âmbito individual ou coletivo, o sentimento de pertencimento de grupo a uma determinada cultura.

Ainda de acordo com Meihy (2004), tanto é possível usar a história oral quando não existem documentos, como é válido supor que a história oral como discurso independente, sustentada por uma série de entrevistas. Há sempre uma escolha.

A história oral torna-se relevante na medida que registra os acontecimentos históricos dos povos indígenas, através de suas memórias, pois é através dela que conseguimos obter fatos que não são relatados nos documentos históricos.

Relatos vindo de entrevistas sobre diversos acontecimentos da história que foi encoberto da sociedade e só contadas pelas partes vencedoras. Nada mais justo do que dar voz aos agentes da história do Brasil.

Nora (1993) observa que pode haver distintas memórias sobre uma mesma histórias:

Por conseguinte, a memória é também positiva e positivista, reafirmando, muitas vezes, um passado de riquezas que antecipa um futuro pleno de potencialidades. Se entendermos que a memória só se explica pelo presente, isso significa também afirmar que é deste presente que ela recebe incentivos para se consagrar enquanto um conjunto de lembranças de determinado grupo. São, assim, os apelos do presente que explicam por que a memória retira do passado apenas alguns dos elementos que possam lhe dar uma forma ordenada e coerente. É preciso destacar ainda que a memória exerce um poder incomensurável na construção de uma identidade de grupo, consagrando os elementos pelos quais os indivíduos se veem como pertencentes a determinado coletivo, muitas vezes em detrimento de outrem. A força dessa memória aglutinadora é realimentada, reforçada, reinventada constantemente, principalmente em situações em que uma reflexão externa tenta solapar

ou minar os elementos que unem o grupo e lhe conferem um sentido particular. (NORA, 1993, p. 9).

Quanto à memória coletiva, esta está no contexto de buscar abarcar um grupo, ou seja, uma comunidade, instituição, focalizando nas mesmas lembranças, que podem ser contadas de maneiras diferentes, porém chegando em um mesmo resultado. O presente utiliza do passado para tirar elementos para a construção ordenada dos fatos, acontecimentos. Podendo exercer certos poderes sobre a construção de uma identidade de um certo grupo, sendo que o poder dessa memória pode ser reforçado, reinventado constantemente, geralmente para colocar em pautas reflexões sobre determinado momento da história.

Este trabalho monográfico foi organizado em dois capítulos: No capítulo um, buscam-se as transformações que estavam ocorrendo no Brasil e no Paraná, analisando os processos que estavam ocorrendo na vida do indivíduo, colocando em análise e os impactos das transformações em sua vida. No capítulo dois, as fases da vida de um indígena desterrado, como ele se identifica, suas ligações com os povos guarani, seus conhecimentos em medicina natural.

Os processos de violência que ocorreram na sua vida, a sua luta diária pela sobrevivência, resistindo aos processos de colonização do Paraná, fazendo parte das transformações que ocorriam no estado no século XX.

2 UM INDÍGENA DESTERRADO NO PARANÁ

2.1 O CENTRO OESTE DO PARANÁ: NASCIMENTO E IDENTIDADE DE SEU TEODORICO

“Meu nome é Teodorico Leite dos Santos, tenho 96 anos. Nasci em Guarapuava, brasileiro, fui criado em Ibema, filho adotivo, adotado por Pedro formigão e dona Maria. Sou Guarani” (LEITE DOS SANTOS, 2018). Nascido em 1922, numa região de intensos conflitos pela terra, não conheceu os pais, apenas as agressões do padrinho e a vida dura do trabalho diário. Ser indígena era um agravante na história dos indivíduos naquele período.

Não é possível saber exatamente o contexto de seu nascimento, uma vez que a perda dos pais significou grande vulnerabilidade na sua infância. Ele nasce justamente num momento importante para o país. Com 08 anos de idade presencia o fim da República Velha, mas é pouco provável que tenha tomado conhecimento desse fato, porque em regiões consideradas “pouco habitadas” as informações que chegavam dos acontecimentos da capital do país eram escassas.

Não foi apenas a Revolução de 1930 e o fim de República Velha¹ que Teodorico não presenciou, certamente não chegou no oeste do PR as informações que no ano de seu nascimento ocorrera no Brasil um importante movimento literário, denominado Semana da Arte Moderna², que traria importante contribuição às artes, literatura e poesia no Brasil. Movimento que traz a temática indígena numa nova perspectiva, diferente daquela apresentada no século XIX na dicotomia Tupi x Tapuia (ALMEIDA, 2010).

Porém, é bem provável que tenha sentido os impactos da Coluna Prestes³, porque esta percorreu a região oeste do Paraná e criou polvorosa por

¹ República velha: denominação dada à primeira fase da República brasileira, que se estendeu da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 até a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas.

² Semana da Arte Moderna: manifestação artístico-cultural que ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo entre os dias 11 a 18 de fevereiro de 1922. O evento reuniu diversas apresentações de dança, música, recital de poesias, exposição de obras – pintura e escultura – e palestras. Os artistas envolvidos propunham uma nova visão de arte, a partir de uma estética inovadora inspirada nas vanguardas europeias. Trazendo uma revolução estética e o Movimento Modernista no Brasil.

³ Coluna Prestes: foi um movimento político-militar brasileiro ocorrido entre 1925 e 1927 ligado ao tenentismo. O principal motivo para a criação do movimento foi a insatisfação com o governo de Artur Bernardes e o

onde passava. Mesmo que a memória de seus primeiros anos de infância não tenha registrado o acontecimento, é provável que seus familiares tenham sentido e vivenciado experiências com esse acontecimento. Perseguidos pelo exército brasileiro, sob comando de Marechal Rondon, Prestes e seu exército seguiram em direção ao norte. Passada a Coluna, a região voltaria a uma “normalidade”, sacudida anos seguintes pela invasão de outros brasileiros, ansiosos para fazer riquezas fáceis, as colonizadoras e seus colonos.

Não temos dados que indiquem se ele nasceu em alguma aldeia Guarani ou se seria descendente de indígenas que já haviam sido tomados como encomendados durante a presença os colonos espanhóis no antigo Guairá, ou quem sabe de pais Guarani que teriam conseguido sobreviver às Missões Jesuítas e aos ataques dos bandeirantes paulistas.

Na região Oeste do Paraná, os espanhóis criaram dois povoados no século XVII denominados Ciudad Real del Guairá (1556) e Villa Rica del Espiritu Santo (1570), além de, pelo menos, 15 reduções comandadas pelos padres jesuítas da província do Paraguai. Para essa região denominaram Província del Guairá (MELIÀ, 2011). Ainda de acordo com Meliá (2011) e outros autores todo trabalho desenvolvido na agropecuária era através da exploração do trabalho indígena. Nas reduções, recebiam a liberdade do trabalho servil, mas pagavam o preço de ter que se converter ao cristianismo. Com a expulsão dos Jesuítas, o fim das reduções e das cidades espanholas pela década de 1630, uma parcela da população, não exterminada pelos bandeirantes nem transplantada para o sul junto com os padres, voltou a ocupar seus antigos lugares. Não eram mais os mesmos Guarani, já haviam se modificado, incorporado novos elementos ocidentais em sua cultura, como também haviam introduzido diversas práticas nos costumes os europeus e criollos, como o hábito do mate, a utilização da erva-mate que se espalhou entre os colonizadores.

Entre o fim da experiência da colonização espanhola até o nascimento de Teodorico, temos um longo período de praticamente 300 anos.

2.2 O CONTEXTO INDÍGENA NO PARANÁ NO SÉCULO XX

Os territórios reservados aos povos indígenas no início do século XX não foram respeitados pelas frentes de expansão colonizadora. Paulatinamente esses territórios foram sendo ocupados por não indígenas, sejam por aqueles que desejavam apropriar-se do território, seja aqueles que queriam explorá-lo economicamente com atividades extrativistas e agropecuária. (MOTA e NOVAK, 2008; BRIGHENTI, 2012). A presença de “intrusos” nos territórios indígenas gerava tensões e hostilidades. O governo do Paraná desejava a liberação de terras para as frentes de colonização, por outro, os grupos indígenas, atuantes em defesa de seus territórios, seja através de políticas de alianças e ações práticas, atuavam para expulsar os invasores.

As reservas criadas pelo governo do estado (MOTA e NOVAK, 2008) eram fundamentalmente para o povo Kaingang. No oeste do Paraná temos apenas uma terra reservada ao povo Guarani, no atual município de Foz do Iguaçu em que os Guarani foram expulsos pelo Incra para assentamento de camponeses em 1976, após a invasão dos mesmos sobre as terras Guarani (CEV, 2017). Os Guarani mencionam duas outras terras reservadas, Lope'i no atual município de Toledo e Ocoy/Jacutinga, no atual município de São Miguel do Iguaçu, porém destes temos apenas a memória Guarani.

O Oeste do Estado do Paraná passou por alguns processos distintos ao longo do século XX. A questão de fronteira é um tema central desde o período colonial com assinaturas dos tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777). Os papéis não garantem a efetividade da soberania territorial, já que era a dinâmica da população que garantia de fato os limites. A coroa portuguesa decide avançar para o Oeste do estado e em 1810 depois de guerras sangrentas ocupam os campos de Guarapuava, do povo Kaingang (MOTA e NOVAK, 2008). São abertas estradas ligando o Sudeste ao Rio Grande do Sul e interligando com a província de Misiones (AR). A guerra contra o Paraguai (1864-1870) reabre o debate sobre fronteiras. O império português decide instalar uma base militar em Foz do Iguaçu (1888), um misto de proteção de fronteiras, nacionalização da população e colonização da região (MYSKIW, 2009).

Na virada do século XIX para o XX, a economia regional girava em torno do extrativismo de erva mate exportada pelo rio Paraná para Argentina e Uruguai. Os Guarani aparecem nesse processo como mão de obra barata e explorada. A exploração da erva mate ocorria concomitante à extração de

madeira, de forma ilegal (RCID, 2018).

De acordo com o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá (RCID), o Sargento José Maria de Brito, nos primeiros anos da Colônia teria localizado diversos portos ilegais de extração de madeira e erva-mate.

O destacamento militar deparou-se com mais de vinte portos na margem esquerda do Paraná, do Iguaçu a Porto Mendes, muitos deles clandestinos, instalados por estrangeiros para exploração da madeira e da erva-mate. Por exemplo, o Porto Britânia pertencia a uma empresa inglesa, os portos de Santa Helena e Sol de Maio ao banco franco italiano, e os demais eram de proprietários argentinos. Os relatos do Sgt. Brito dão conta que a exploração da madeira já implicava na devastação das matas, sendo que, devido às grandes e consecutivas extrações, as margens do Paraná ficaram rapidamente esgotadas das melhores madeiras. Além disso, a exploração da erva-mate era realizada em larga escala, abrangendo até 120 km ao leste da Colônia Militar de Foz do Iguaçu e 180 km ao norte, na região do Salto de Sete Quedas, no antigo Guayrá (RCID, 2018, p.41).

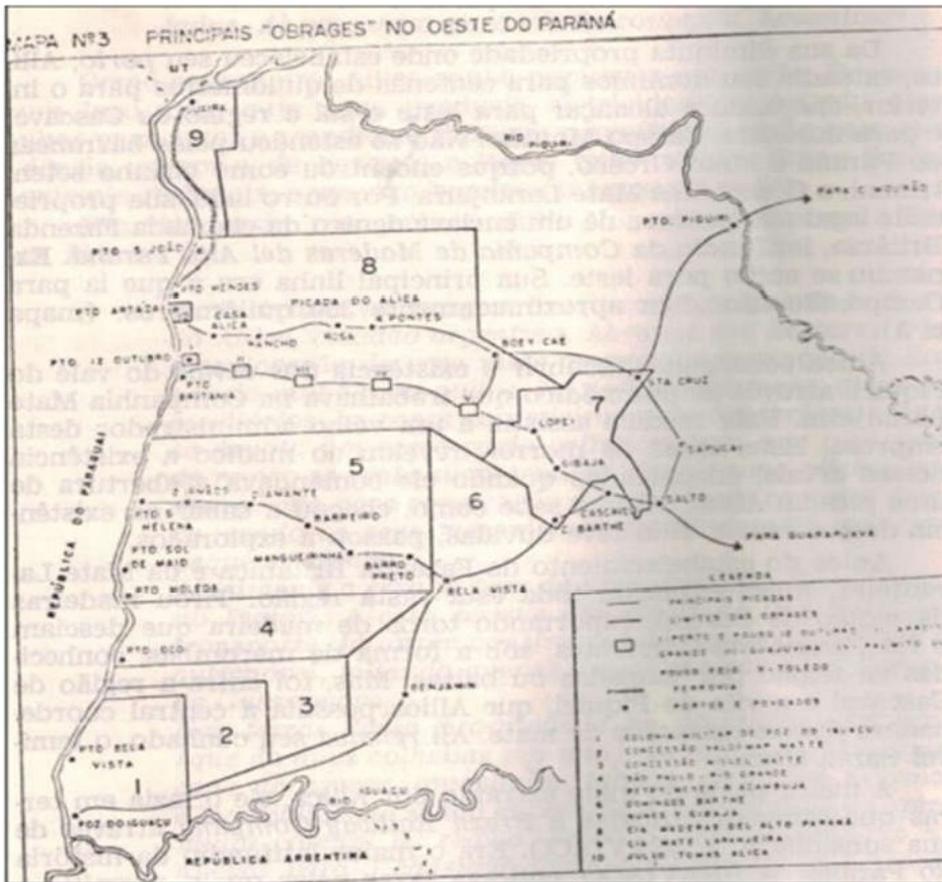
A mão de obra nos trabalhos de extração de erva-mate e madeira nativa era denominado *obrage*. O regime de trabalho era denominado mensu, em referência a mensal (mensal no português), ou seja, recebiam pagamento mensal, e seus trabalhadores mensus. Destaca Wachowicz (1982, p. 66) que:

Após a revolução de 1924, nas estradas onde Santa Cruz fazia centenas de mensus mal alimentados e comandados por capatazes de chicote em punho, a floresta começou a tomar conta e os índios caiuí levantaram suas malocas nas margens. O pobre mensu que entrava para trabalhar com Alica, praticamente não saía mais. Era muito difícil que isso acontecesse. Do seu antigo império, restavam pouco mais que ruínas.

Wachowicz, explica também o significado de *obrage*:

A chamada *obrage* foi uma propriedade e/ou exploração, típica das regiões cobertas de matas subtropicais, em território argentino e paraguaio. O interesse fundamental de um *obragero* não era a colonização em regime de pequena ou média propriedade, nem o povoamento de suas vastas terras. Seu objetivo precípua era a extração da erva-mate nativa da região, bem como de madeira em toros, abundante na mata nativa subtropical. A *obrage* portanto, estava ligada ao binômio extrativista: mate-madeira. Essa exploração, típica desde o início do século passado na Argentina e no Paraguai, penetrou de forma natural e espontânea pelos vales navegáveis do Paraná e Paraguai. Como controle geoeconômico da navegação do sistema do Prata pertencia à Argentina, foram os *obrageros* desta nação, os principais responsáveis pela introdução desse sistema em território brasileiro, ou mais especificamente: paranaense e matogrossense. (WACHOWICZ, 1982, p. 44).

Figura 1 – Principais obras no oeste do Paraná.



Fonte: WACHOWICZ, 1982. p. 64

Esse sistema de trabalho era uma relação análoga à escravidão. Através da superexploração da mão de obra e, pela força os trabalhadores se viam presos ao sistema. E mais, eram proibidos de cultivar a terra, justamente para depender única e exclusivamente do armazém da obra, ficando refém dos mesmos.

Nas barrancas do Rio Paraná, a agricultura era terminantemente proibida no interior das *obrages*. O mensu, ou a mulher deste, estavam proibidos de plantar para si. Nem criar galinhas. “*Não podia plantar. Para isso tinha o armazém*”. Se a família do mensu plantasse milho ou mandioca, diminuiria o lucro do armazém, e ele mais facilmente poderia libertar-se da opressão de sua corrente. (WACHOWICZ, 1982, p. 50).

As populações indígenas das regiões de Foz do Iguaçu e do Oeste do Paraná foram as principais mãos de obra na extração da Erva-mate.

De acordo com El-Khatib (1969), com o povoamento da região oeste do Paraná, o estado torna-se menos concentrado, avançando em regiões com pouco povoamentos e com a política imigratória a tendência dominante depois de 1930 foi de se desligar da imigração da ação governamental, enfatizando predominância de instituições, organizações privadas.

A nacionalização da população e a inserção da região na economia capitalista de mercado vai ocorrer alguns anos mais tarde, apenas nas décadas de 1930 e 1940 no período getulista. Nessas décadas, o governo criou políticas de colonização do oeste do Estado através de concessões de grandes glebas de terras a empresas privadas de colonização (WACHOWICZ, 1982).

O conceito de “vazio demográfico” impulsiona a migração de “nacionais” para a região. Os Guarani presentes na região não eram considerados na definição populacional, primeiro pelo fato de serem indígenas, em segundo lugar por serem identificados como estrangeiro/paraguaio e, por fim, porque não trabalhavam a terra como o colono de “origem” europeia.

O povoamento deveria ser de migrantes agricultores, para estabelecer vínculos econômicos mercantis com a terra e produzir riquezas para o mercado. De acordo com o Relatório da Comissão Estadual da Verdade (2017) a partir de 1939, companhias colonizadoras, impulsionaram a entrada massiva de migrantes. A região oeste do Paraná já era povoada pelo povo Guarani, este vazio demográfico não existia, era somente políticas de ocupação do governo para colocar migrantes agricultores no oeste do estado paranaense. Diversos

grupos Guarani foram deslocados de suas terras, assim como obrigados a servir de mão de obra para a extração de madeira e erva-mate e, com o fim deste ciclo, na derrubada da mata e limpeza do terreno para os agricultores. Empresas conheciam quais as melhores técnicas a serem utilizadas tanto para um bom desenvolvimento econômico da área a ser colonizada, como para aumentar seus lucros. Dentre as empresas que atuaram no Oeste do estado estão: Colonizadora Rio Paraná Ltda (Maripá); Colonizadora Matelândia; Colonizadora Criciúma; Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda, dentre outras. Colonizaram uma área superior a dois milhões de hectares. Nesta época, o território da atual região Oeste do Paraná era cortado por inúmeras trilhas, abertas pelos ervateiros e pelos madeireiros clandestinos.

O século XX foi o século em que a presença do homem branco se expandiu sobre as terras dos Povos Guarani, tendo o aval do Estado brasileiro.

Importante destacar que foi na década de 1940 que o povo Xetá, do Tronco Linguístico Tupi, moradores da região noroeste do estado do PR, próximos ao atual município de Umuarama, foram exterminados pelas empresas colonizadoras com o aval do Estado. As crianças Xetá sobreviventes foram distribuídas entre fazendeiros e funcionários do Serviço de Proteção aos Índigenas (RCEV, 2017), ou seja, a era estreita a relação entre a empresa privada e o Estado para exterminar a população indígena.

Desde o final do século XIX e início do século XX, o governo fez enormes concessões a empresas estrangeiras tendo como objetivo a exploração de erva-mate, madeira na região Oeste. Essas empresas, já anteriormente citadas, eram denominadas obrages.

De acordo com a obra de Priori et al (2012, p. 79) obrageiro, como era conhecido o proprietário do latifúndio era na sua maioria de nacionalidade argentina, “geralmente tinha conhecimento de que suas embarcações poderiam navegar até as sete quedas do rio Paraná”. Vários peões seguiam a expedição, “munidos de produtos de primeira necessidade e instrumentos para a colheita da erva-mate, que era nativa na região. “Na maioria das vezes, os mensus saíam dos navios e se fixavam nas margens fluviais dos rios da região” (PRIORI ET AL, 2012, p. 80).

Fixaram-se nesses locais, formando povoados, mais conhecido

como 'porto', por onde eram escoadas a produção da erva-mate. Por toda essa região de fronteira, multiplicaram-se os denominados 'portos', que surgiram com o estabelecimento das obras e a fixação dos menses.

Com a busca da exaltação do sentimento da brasilidade e o resgate do valor do 'sertão', o povo brasileiro deveria voltar seus olhos para a descoberta de um novo país, rumando para o Oeste, onde explorado pelos bandeirantes e depois permanentemente esquecido. (PRIORI ET AL, 2012, p. 78). Neste momento era de intensos conflitos na região Oeste do Paraná. Era esse contexto de vida de seu Teodorico Leite dos Santos, um trabalhador, na extração e transporte da erva mate em Guaíra, local onde se estabeleceu na adolescência. A região de Guaíra era controlada pela empresa Mate Laranjeiras, que utilizava de mão de obra indígena e trabalhadores para fazer a extração da erva.

O Paraná já foi o estado-maior produtor e exportador de erva-mate no Brasil, era a principal atividade econômica desenvolvida entre a primeira metade do século XIX a 1929.

Segundo Bondarik (2006) a erva é encontrada de forma natural em meio às matas da região Centro- sul e Oeste do Paraná, a erva-mate teve seu consumo difundido pelos indígenas e seguido pelos padres jesuítas na época da colonização.

De acordo com Roberto Bondarik *et al* (2006, p.1) observa que:

Sua extração, preparação e beneficiamento, transporte e exportação tornaram-se lucrativos ao ponto de atrair investimento em infraestrutura, mecanização e industrialização da produção. A atividade ervateira proporcionou desenvolvimento de empresas relacionadas ao seu suporte, proporcionando o desenvolvimento de regiões em diversos setores, auxiliando na construção de suas características urbanas, culturais e produtivas. A indústria surge no Paraná para aproveitar melhor a erva-mate. A exportação do mate serviu para inserir o Paraná no cenário do comércio internacional marítimo. A análise da dinâmica econômica ligada ao negócio da erva- mate servirá para estabelecer modelos de estudo e de desenvolvimento para outros setores produtivos.

Os primeiros a fazerem uso da erva-mate foram os Guarani, que habitavam a região definida pelas bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, na época da chegada dos colonizadores espanhóis.

Conforme Gomes (1953) os indígenas a chamavam de "caá", e os espanhóis já a conheciam quando fundaram as cidades guairenses de Ciudad

Real Del Guairá e Vila Rica do Espírito Santo, ambas em território atualmente paranaense.

O uso do mate é conhecido desde as chegadas dos colonizadores no Brasil e no Paraguai. As primeiras notícias concretas datam de 1541. Os documentos falam de uma bebida usada pelos nativos na região do Guairá, como verdadeiro vício. (...) o hábito se generalizou desde o Peru ao Rio da Prata. (COSTA, 1995, p. 35).

Ainda de acordo com Bondarik *et al* (2006) os jesuítas rejeitavam a a eva pois consideravam demoníaca, porque afetava as suas emoções. Os jesuítas proibiram o consumo durante algum tempo, mas não foi suficiente para acabar com o consumo e algum tempo depois os bandeirantes levaram seu consumo aos portugueses.

A extração da erva-mate, não era muito complexa, porém exigia trabalho sistemático e pontual dentro da mata:

O corte ou poda das ervaíras é feito manualmente com facão ou foice. Existem árvores com mais de doze metros de altura. Geralmente o corte é realizado por homens, sendo que mulheres e crianças ficam reunindo os galhos cortados em feixes que serão levados para a operação do sapeco. O corte mutila, mas não prejudica a árvore que levará de até cinco anos para se regenerar e sofrer novo processo de corte. O sapeco é feito sobre fogo, a ação rápida das labaredas faz com que as folhas percam parte de sua umidade, evitando que ela escureça e adquira um sabor desagradável. Após isso a erva é submetida a uma secagem. Terminada a secagem, a erva é triturada e fragmentada, depois peneirada. A atividade do produtor local termina com o peneiramento da erva-mate, que assim se constitui na matéria-prima para os engenhos de beneficiamento (COSTA, 1995, p. 26-27).

O ciclo bandeirista na região sul, em regiões como Castro, Curitiba, Ponta Grossa e São Mateus do Sul, tinha por intuito a conquista do interior do território da Colônia. Os bandeirantes também capturavam e vendiam indígenas como mão de obra para as lavouras. Essa interação, fez com que os bandeirantes adquirissem o costume de beber o mate e acabassem difundindo-o pelos territórios onde passavam, assim como, quando vendiam o nativo cativo, este levava consigo seus hábitos e costumes. Na região de São Mateus, havia a predominância das etnias do tronco linguístico Jê, como os índios Kaingang e Botocudo, que também faziam uso da erva-mate.

2.3 POLÍTICA INDIGENISTA E BRASILEIRIDADE NO SÉCULO XX

O governo brasileiro incentivou a migração para a ocupação de terras fronteiriças e do interior do país. Construiu-se a concepção de ‘vazio demográfico’, quase despovoado, que deveria ser ocupado pela colonização pioneira.

A ‘marcha para o oeste’ foi uma campanha de forte apelo nos meios de comunicação, produção cultural e educação no Brasil no decorrer da década de 1930. Com a busca da exaltação do sentimento da brasilidade e o resgate do valor do ‘sertão’, o povo brasileiro deveria voltar seus olhos para a descoberta de um novo país, rumando para o Oeste, antes explorado pelos bandeirantes e depois permanentemente esquecido. Nessa campanha “estava embutido o desejo de fazer as pessoas circularem para o Oeste. No âmbito paranaense, a campanha da ‘marcha para o oeste’ contribuiu, sobretudo, para atingir o que a historiografia e documentos da época consideravam ‘sertão’.

Esta marcha teve por objetivo a nacionalização e o povoamento da região chamada à época de “fronteira guarani”, ainda povoada quase exclusivamente por índios que serviam de mão-de-obra às empresas estrangeiras. A inspiração dos intelectuais absorvidos pela *marcha para o oeste* se consolidou na ideologia dos “bandeirantes do século XX”, recuperando a prática de “prear” índios para o uso de sua força de trabalho na construção de um projeto nacionalista. Diversos episódios apoiaram o projeto político de nacionalização da faixa brasileira da Tríplice Fronteira, a partir dos anos 1930. Foi um período de diminuição significativa da indústria ervateira no Paraná, marcado pelas duas Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945), quando ocorre um amplo incentivo para o plantio de bosques de erva-mate em território argentino. Desta forma, as empresas que prevaleceram em meio a este ciclo econômico se retiram progressivamente do território paranaense (RCID, 2018, p. 523).

Ignorando as populações tradicionais que residiam nesses locais, o discurso oficial perpetuou a visão de que esse movimento colaborou na ocupação de uma região abandonada, e entregue à ação das obras estrangeiras.

A fim de dar impulso à ocupação na região Oeste o governo Vargas criou o Território Nacional do Iguaçu, como uma ação efetiva para romper com o passado indesejável, com a presença indígena.

Dentre os esforços políticos brasileiros empreendidos para a nacionalização da *fronteira guarani*, merece destaque também a tentativa mal sucedida de criação dos Territórios Federais do Iguaçu e de Ponta Porã, que desmembravam parte dos estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso, em 1943. Destacamos ainda o estabelecimento da “faixa de fronteira” de 150 quilômetros, pelo Art. 165 da Constituição Federal de 1937. Neste mesmo período ocorre a *criação do Parque Nacional do*

Iguaçu, em 1939, integralmente sobreposto ao território Avá-Guarani. Outro elemento que merece atenção é a separação da parte brasileira da Cia. Mate Larangeira, sendo seus bens e concessões posteriormente incorporados ao patrimônio da União, por meio do Serviço de Navegação Bacia do Prata (SNBP), em 1944, ano em que o próprio presidente Getúlio Vargas visitou a cidade de Guaíra (RCID, 2018, p.523).

Para a população indígena habitante da região, todo esse investimento do Estado se transformou em eliminação de seus territórios tradicionais.

De acordo com Souza Lima (1985) o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) criado em 1910 (inicialmente foi constituído como Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPILPTN, até 1918), criado pelo Decreto nº 8.072 de 20 de junho de 1910, não atuou na defesa da população Guarani. Os objetivos desse Serviço era “pacificar tribos hostis” liberando terras para o latifúndio. Por outro lado, deseja incorporar essa população a comunhão nacional através de programas “civilizatórios” fundamentalmente pela mudança em suas práticas de subsistência, rompendo com o modo de vida desses povos e tornando dependentes do Estado. Esse trabalho ocorria mediante o poder “tutelar”, que Antonio Carlos de Souza Lima (1985) define como sendo uma espécie de guerra em que apenas um dos lados está munido de armamentos.

Os Guarani foram ignorados, porque eram considerados integrados à Comunhão Nacional. Darcy Ribeiro, importante etnólogo do século XX, produziu obras que corroboravam com essa visão do órgão indigenista. Dessa forma, o Estado nada fez para garantir terras a essa população, contrariando a própria legislação agrária brasileira da época (RCEV, 2017). No caso dos Xetá, relatado acima, que sequer tinham contato com a sociedade nacional, o SPI auxiliou na distribuição das crianças para adoção. Esses indígenas como não eram considerados hostis, não necessitam de terras, porque os poucos sobreviventes logo estariam integrados a sociedade. Nos anos 1960, diversas comunidades Guarani da região oeste foram transferidas para terras Kaingang para liberar terras para as fazendas (CARVALHO, 2013).

Em 1949, funcionários do SPI em conluio com o governo de Moisés Lupion entregou grande parte do território Kaingang para assentamento de colonos ou legitimando as fazendas que haviam se apropriado dessas terras.

A via camponesa foi a forma encontrada pelo SPI e Governo do Estado para atender a essa população Kaingang. (RCEV, 2017).

2.4 – TRABALHO E SOBREVIVÊNCIA

“Eu trabalhava de cozinheiro na lancha, trabalhando um ano e logo após peguei malária. Eu Tinha 18 anos de idade, naquela época e já tinha passado por vários processos” (LEITE DOS SANTOS, 2018).

Diversas pesquisas sobre o oeste do Paraná destacam que o rio Paraná era um caminho natural de locomoção por onde trafegavam pessoas e mercadorias. Em suas barrancas tanto em território brasileiro ou paraguaio foram criados portos fluviais onde predominava a exportação de madeira, que impulsionou a economia paranaense, que até então era dominada pela Erva-mate. Na década de 1940, a exportação de madeira no Paraná era muito forte, empresas madeireiras estavam obtendo bastante lucros, porém a falta de transporte complicava o negócio. O transporte fluvial foi uma alternativa para suprir o problema existente, segundo o presidente do Sindicato Patronal dos exportadores de madeira do Paraná. Com as buscas de novas formas de elaboração de produtos madeireiros, pois até a de 1940 a produção madeireira só se resumia e vendas de toras inteiras, a partir dessa data começa a ser introduzido novos processos de elaboração de novos produtos de madeira, como a celulose o papel, para maior obtenção de lucro.

De acordo com o Relatório da Comissão Estadual da Verdade:

Nesse contexto, no Paraná, deu-se continuidade ao megaprojeto de desenvolvimento conhecido como “Marcha para o Oeste”, no qual a União e o governo do estado do Paraná estimularam a expansão da frente pioneira e a invasão de terras indígenas, bem como o repasse dessas para o patrimônio privado ou para uso privado. Em geral as terras tinham maior valor econômico, consideradas suas reservas de madeira de lei, erva-mate, a declividade do solo etc. A redução das terras indígenas (TI) aprofundou o modus operandi do SPI (especialmente no que se refere a arrendar terras e vender madeira) e transformou a conjuntura política estadual, pois Moysés Lupion era proprietário de um dos maiores grupos do setor industrial madeireiro paranaense da época e dirigente de entidades de representação desse setor (RECV, 2017, p.126).

O governo de Moises Lupion governou o Paraná por dois mandatos, sendo proprietário de um dos maiores grupos do setor madeireiro do

estado, além de ser um dos representantes, impulsionou o setor madeireiro com o seu governo. Foi governador do Paraná durante dois mandatos, porém o seu segundo mandato foi repleto de acusações de corrupção. Em 1961, Lupion foi substituído no governo estadual por Ney Braga, que deliberou contra ele vários mandados de prisão, acusando-o de corrupção. O ex-governador exilou-se então na Argentina retornando ao Brasil em 1962 (FGV, 2009).

Segundo Leandro Rocha (2003) era dever do Estado, através do SPI, dar as condições para que os indígenas “evoluíssem”, mesmo que em forma lenta eles tinham potencial para chegar ao estágio que conseguiriam se incorporar na nação brasileira. Esta tutela foi mais uma tentativa de mascarar a diversidade do Estado nacional.

Nesse mesmo momento o Brasil estava passando por processos de industrialização e urbanização e formando novas camadas sociais, e estas camadas sociais estavam fazendo pressão no governo por novas medidas de reforma políticas estruturais, sendo esse um dos fatores que provocou a Revolução de 1930.

Com o SPI subordinado ao Ministério da Agricultura, a partir de 1939, os indígenas são desejados como trabalhadores rurais. Sendo assim mais postos indígenas foram criados, as terras indígenas passaram a receber investimentos para produção mecanizada de trigo, soja e milho, muito diferente da prática da agricultura indígenas, venda de madeira das terras indígenas e arrendamento das terras para pecuaristas e camponeses (SOUZA LIMA, 1985).

É justamente nesse contexto que seu Teodorico vai trabalhar como mão de obra no transporte de madeiras e erva-mate no rio Paraná. Ele e sua gente sequer faziam parte das estatísticas do SPI, ou seja, se o SPI desejava o indígena como camponês, necessitava de terras, porém Teodorico sequer terras possuía. De todo modo, a transformação em camponês não era única e exclusiva ocupação, podendo assumir outras funções no processo de integração. Seu Teodorico, para as metas do SPI, já estava integrado, já não era mais “índio”.

Segundo Barbosa (2016), a partir dos anos 60 a política indigenista passa por diversas crises, confundindo com as crises do SPI, que estava sendo denunciado pelas imprensas nacionais e internacionais por corrupção e omissão na defesa dos direitos dos índios.

Pessoas sem qualificação sendo contratadas, familiares de políticos, além de seus profissionais não estarem aptos a desenvolver as atividades, várias denúncias foram feitas ao poder público sobre o teor das contratações. Problemas que começam a chegar ao público a partir de 1950, em 1967, a pedido do Ministro do Interior, foi aberto um inquérito de investigação sobre o SPI, sendo que havia vários documentos que atestavam vários crimes, como por exemplo: genocídio, crime contra a pessoa e a propriedade dos índios, prostituição, desvio de verbas, além de várias outras acusações. O inquérito, concluído em 1968, foi conduzido por Jader de Figueiredo Correa, passando a ser conhecido como Relatório Figueiredo⁴.

A conclusão do inquérito foi publicada em 1968, onde o responsável pela investigação enviou a Polícia Federal provas contundentes para que os responsáveis fossem punidos, porém vários indiciados conseguiram escapar das punições, estendendo processos por anos.

A história da SPI passou por vários casos de corrupção durante a sua existência e com o inquérito criado contra o órgão, acabou levando a sua extinção. Nesse momento a política indigenista encontrava-se bastante defasada. Os militares necessitam de um órgão que desse mais credibilidade à política indigenista, mas, ao mesmo tempo, que estivesse de acordo com a política dos governos militares. Em 1967 foi criada a Fundação Nacional do Índio (Funai) com o objetivo de superar as lacunas deixadas pelos órgãos anteriores responsáveis pela política indigenista.

Essa fundação, existente até a atualidade, presta assistência às populações indígenas de todo o território brasileiro. Porém, sua criação ocorreu para atender a demanda do governo militar e não para atender aos povos indígenas. A Funai sequer promoveu a desintrusão das terras indígena que estavam invadidas, ao contrário, buscou tirar proveito da situação aparelhando o processo de exploração econômica das terras indígenas. No caso dos intrusos, deseja a Funai transformá-los em arrendatários pagando em dia a renda, mas não desejava retirá-los das terras indígenas (BRIGHENTI, 2012).

Segundo o Relatório da Comissão Estadual da Verdade:

Importante notar que diversos documentos produzidos no seio do Estado

⁴ Utilizamos como referência a webpage [armazemmémoria.com](http://www.armazemmémoria.com) como local onde dispõe um acervo sobre a temática indígena e dentre eles o Relatório Figueiredo.

ditatorial demonstram que todas as terras indígenas do Paraná apresentavam problemas de intrusão por fazendeiros, camponeses, madeireiros, empresas de erva-mate etc., estabelecidos, em grande parte, pelo Incra e ITCG, com anuência da Funai. Essas ações demonstram a perspectiva integracionista e economicista no interesse do avanço das relações de mercado, explicitando o fato de que o órgão indigenista não administrou as terras indígenas a partir de interesses dos povos indígenas (RCVE, 217, p. 220).

A Funai como tutora permitiu que as terras indígenas fossem tomadas por fazendeiros, camponeses, madeireiros, ou mesmo vendidas para tais, de modo irregular. Inclusive a única terra Guarani existente no Oeste do Paraná (Gleba Guarani) a Funai deu certidão negativa ao Incra que titulasse as mesmas para os invasores (RCEV, 2017).

Podemos concluir que o órgão responsável pela garantia de proteção dos direitos indígenas, somente visava lucro, o desenvolvimento da nação e não os direitos dos indígenas. Todos estes processos estavam ocorrendo no Paraná e no Brasil no século XX, onde os mais prejudicados foram as nações indígenas.

3 ELE POR ELE – A RESISTÊNCIA DE TEODORICO

3.1 DISCRIMINAÇÃO, SOBREVIVÊNCIA E TRABALHO

De acordo com a historiografia, ainda no século XX havia muitos casos de indígenas retirados de suas aldeias para serem vendidos para famílias colonizadoras.

Santos (1970) e Witermann (2007) descrevem inúmeros casos de crianças Xokleng Lakãno em Santa Catarina, no caso do Paraná encontramos referências nos estudos sobre o caso dos Xetá da Serra dos Dourados, noroeste do estado (RCEV, 2017). Esses indígenas eram tirados de suas famílias para servirem de serviçais às famílias brancas abonadas, trabalhavam em troca de moradia, muitos casos eram crianças “adotadas” por famílias brancas, onde eram explorados (trabalho doméstico, servidão, exploração do trabalho infantil e até exploração sexual).

Essa pode ter sido a trajetória de seu Teodorico, já que o mesmo não conheceu seus pais. Sua memória de vida inicia com a adoção:

Eu sou filho adotivo de Pedro formigão e dona Maria. Meu padrinho era alcoólatra e eu apanhava todos os dias, meu irmão não apanhava, pois era filho de sangue do casal, eu acordava bem cedo para trabalhar, esquentar água, tratar dos animais e trabalhar na lavoura, com tanta violência, resolvi fugir de casa (SANTOS, 2018).

O trabalho escravo feito por indígenas no Brasil vem desde as décadas de 1500 de maneira “legal”, tornando ilegal a partir de 29 de maio de 1537, pelo Papa Paulo III. Porém, esse expediente foi amplamente utilizado no Brasil, tendo nos Bandeirantes paulistas seu principal exemplo. Essas milícias armadas do século XVIII eram pagas para capturar indígenas para vender como escravos, muitos séculos passaram e esses atos ainda eram praticados no início do século XX (MONTEIRO, 1994).

O processo de violência presenciada e sofrida que o fez sair de casa e buscar outras formas de sobrevivência, somente tinha 10 anos de idade quando resolveu sair de casa.

Fugi de casa, sai somente com um maço de rapadura debaixo braço. Viajei a noite toda, ao amanhecer cheguei na casa de um senhor

chamado Siviriano, que me ajudou com comida e pousada e indicou um local para eu seguir caminho. Cheguei na casa da pessoa indicada, um delegado, conhecido como Joaquim Fogaça. Dali a três dias eu cheguei, sangrando e todo sujo, logo após contei o ocorrido e o senhor Fogaça me deu roupas novas e me vestiu. Comecei a trabalhar para o delegado, mas avisei que se eu apanhasse fugiria novamente. (SANTOS, 2018).

A convivência com a família do delegado também não foi promissora. Na revelação de seu Teodorico podemos identificar indícios de preconceitos e racismo contra sua pessoa por ser indígena. O conceito de superioridade do não indígena para com o indígena é uma constante na história do Brasil.

Pierre Clastres ao tratar do etnocídio observa que a violência contra os povos indígenas é uma constante no continente desde a chegada do primeiro europeu:

Desde o descobrimento da América em 1492, pôs-se em funcionamento uma máquina de destruição dos índios. Essa máquina continua a funcionar, lá onde subsistem, na grande floresta amazônica, as últimas tribos "selvagens". Ao longo dos últimos anos, massacres de índios têm sido denunciados no Brasil, na Colômbia, no Paraguai. Sempre em vão. (CLASTRES, 1980, p.56).

Trata-se de uma violência contra o outro pelo simples fato de ser diferente. A intolerância com a diversidade e o medo inerente ao novo, ao diálogo, leva a violência. “O outro é a diferença, certamente, mas é sobretudo a má diferença” (Idem). Transformar os outros em Uno, é a tarefa central do etnocídio. Teodorico experienciou essa violência de etnocida, quando tentaram por diversas vezes transformá-lo em “branco”.

Fiquei dez anos trabalhando junto com o delegado, resolvi ir embora, porque a mulher do senhor, era muito ruim e me tratava muito mal. Tinha dias que eu trabalhava desde cedo e nem recebia nem comida. Um certo dia que resolvi pedir comida e a senhora chegou na hora e tentou me bater. Aí resolvi seguir meu caminho novamente. Fui embora dessa casa (SANTOS, 2018).

O mundo era sua casa. Trata-se de um sujeito sem lugar, desterrado, violentado física e culturalmente. Recorda que a “aprendi a trabalhar com o falecido Fogaça, era como se fosse meu pai, era meu amigo, me ensinou a fazer balaio, cesto, cangaia, e aprendi a tirar madeira com ele” (SANTOS, 2019). Importante observar essa amizade com Fogaça. As circunstâncias que permitiram essa aproximação de ambos. Segundo Santos, o Fogaça “era careca e branco, mas o pai dele era índio”. Percebe-se que a afinidade foi imediata mesmo que os

traços físicos revelassem potencial distanciamento.

Com Augustinho Alves, aprendeu as técnicas de corte da erva mate, na cidade de Guaíra, trabalhando na área de secagem de erva.

Sofreu discriminação, mas lutou e venceu muitas tribulações:

Como que eles me tratavam. Me tratavam meio de final que eu não posso te explica como eles me tratavam, sei que eu apanhava todo dia. Depois de adulto me tratavam, eu era o bugrinho mesmo. Minha vivência era boa, eu morava, tinha meus cavalos, meus cachorros, meus armamentos, eu caçava, comia carne todo dia, ai não sofri mais (SANTOS, 2018).

Nesse momento no Paraná a extração da erva mate era atividade econômica predominante no estado, com a instalação de várias empresas de extração da erva. Uma das principais empresas que atuavam na região era Companhia Mate Laranjeira, com sede na vila de Guaíra, desde 1887, onde trabalhadores paraguaios e brasileiros trabalhavam para essas empresas, com salários baixos e condições de vida precária. No final do século XIX e no início do século XX a exploração ervateira era uma das atividades econômicas mais lucrativas na região, evidentemente que se deve agregar que a mais valia era maior que qualquer outra atividade devido ao baixo custo da erva mate e de impostos. A relação de trabalhador com a empresa não obedecia a qualquer legislação. O trabalho era extremamente penoso e desenvolvido em condições análogas à escravidão, uma vez que o trabalhador, além de ser enganado mediante um adiantamento, ficava obrigado a abastecer-se nos armazéns da própria empresa e não podia deixar o trabalho enquanto não saudava integralmente seus débitos. De acordo com Wachowicz (1982) os trabalhadores eram proibidos de fazer suas próprias lavouras, obrigando-os a dependência total do armazém.

Após o trabalho no corte da erva-mate Santos trabalhou de cozinheiro na embarcação que transportava erva mate rio abaixo em direção a Buenos Aires.

Não eu aprendi, agora vou explicar certo, eu trabalhava de cozinheiro na lancha, trabalhando um ano e logo após pegou malária, daí peguei o este negócio do nervo, macocola, passando três meses no hospital, andando por mando dos enfermeiros, um se chamava Galeano e outro Panaino, um de origem paraguaia e o médico, chamado César, fiquei um mês sem poder falar, pois a minha garganta estava bem inflamada. (SANTOS, 2018).

Durante estes processos houve vários casos de doenças se espalhando, como, por exemplo, a malária, o senhor Teodorico Leite dos Santos foi infectado pelo mosquito, na época que era cozinheiro em barcos no rio Paraná, passando meses internado, onde mal conseguia falar.

De acordo com a Fiocruz (2005) a fase sintomática inicial caracteriza-se por mal-estar, cansaço e mialgia. O ataque paroxístico, que pode demorar dias para se instalar, inicia-se com calafrio, acompanhado de tremor generalizado, com duração de 15 minutos a uma hora. Na fase febril, a temperatura pode atingir 41°C, a febre pode ser acompanhada de cefaleia, náuseas e vômitos, e é seguida de sudorese intensa. Baço e fígado podem estar aumentados e dolorosos à palpação. Depois, inicia-se a fase de remissão com queda da temperatura e sensação de melhora. Contudo, novos episódios de febre podem acontecer em um mesmo dia ou com intervalos variáveis, caracterizando um estado de febre intermitente.

Os sinais e sintomas podem evoluir para formas graves e complicadas, dependendo da resposta imunológica do organismo, aumento da parasitemia e espécie de plasmódio. As formas graves estão relacionadas à parasitemia elevada, vômitos repetidos, oligúria, anemia intensa, icterícia, hemorragias e hipotensão arterial. Pode cursar com alteração de consciência, delírio e coma.

No contexto da região oeste do Paraná onde as empresas utilizavam de mão de obra barata em más condições de trabalho, as pessoas geralmente contraíam doenças.

3.2 REAPROXIMANDO DE SUAS ORIGENS

Após passar por tratamento medicinal, sendo avisado por seu médico que não conseguiria trabalhar por muito tempo, pois seu estado era crítico e que sofria desmaios repentinos, encontrou um indivíduo que utilizava ervas medicinais para praticar a cura. Com este indivíduo conseguiu se curar dos efeitos colaterais da doença (malária).

Na memória de Santos (2018) depois de passar pelo hospital:

(...) dai peguei o este negócio do nervo, macoco. Tive três meses no

Hospital eu andava por mando dos enfermeiros, um se chamava Galeano e outro Panaino, um de origem paraguaia e o médico, chamado Cezar, um mês não podia falar com ninguém, pois a garganta estava inflamada. Está fazendo 40 anos que está bem. Um alemão que o curou, se chamava Alfredo Pras, temperou uma garrafinha de coca, esta bagagem de vida com somente.

Nos trabalhos na fronteira a mão de obra era basicamente formada por esses sujeitos indígenas, deslocado de sua coletividade, desalojado e separados de seus territórios, reféns do etnocídio. Era uma população mestiça discriminada. Quem tinha traços e coloração parda, era chamado de “Bugre”. Termo pejorativo utilizado para chamar indígenas, termo utilizado até a atualidades por pessoas de origens brancas.

Foi na convivência com os deslocados que encontrou sua identidade e aprendeu práticas de sua ancestralidade. De acordo com Santos (2018):

Eu pratiquei muito remedinho pra anjo, hoje não faço e não posso ensina ninguém, eu não posso ensina, pois vai vir um tempo que os médicos proibiram a prática medicinal nativa, pois a lei está mudando dia após dia. Senti muita vontade, mas nunca pude ensina ninguém.

Durante sua jornada de vida aprendeu vários ensinamentos, um deles é a utilização de ervas medicinais, para praticar a cura, utilizava de ervas medicinais para praticar a cura de pequenas infecções, amenizando as dores. A utilização de ervas medicinais era frequente em seu convívio, foi durante a sua temporada de vida em Guaíra, onde trabalhava como a extração de erva mate, que aprendeu a utilizar as ervas medicinais com um companheiro de origem indígena, este companheiro de trabalhava falava que ele estava sendo ensinado não poderia ensinar outra pessoa, pois acreditava que a utilização das ervas iriam ser proibidas, porém a utilização de práticas medicinais utilizando ervas não foram proibidas e são utilizadas até hoje em dia.

Seu Teodorico não sabe apenas fazer remédio com plantas, seu conhecimento da medicina indígena vai muito além, “aprendi a fazer benzimento”, afirma. Benzimento é outra dimensão da medicina tradicional, são forma de cura sem ingestão ou mesmo toque no paciente, mas através de “simpatias” e rezas.

A dona Edite sabe muito remédio, fiz uma simpatia pra ela e ela acredito, uma rendidura, eu faço minhas orações. Deus, me deu aquela força, mas ela não acredita, ela acredita só no benzimento que eu fiz pra ela. Você acredita nas minhas palavras? (SANTOS, 2018).

Além de curar pessoas seus poderes incidem na dimensão do sobrenatural e dialoga com a natureza.

Faço para um temporal de vento, isso ai você pode pedir pra Deus, como cortar o vento para desvia da sua casa. Eu vou te ensina nisto ai, mas você não está acreditando: reza o pai nosso, e oferece pra Deus pra Jesus que acalme este vento como fez para as ondas do mar, e reza o pai nosso e oferece pra ele, reza uma vez só e faz três cruces e pedi pra Deus acalmar o vento. Religião é importante? Considero sim, da minha palavra, mas dos outros. Na nossa língua não fala Deus é Tupã, pra fala no bicho feroz é a Pantera (SANTOS, 2018).

Percebe-se que mesmo não tendo convivência com sua coletividade, aproximou-se e se identificou com essas práticas assim que as conheceu pela primeira vez. Não hesitou em fazer uso e considerar com algo inerente a sua cultura, muito embora para o Estado ele já não fosse mais indígena.

3.3 A FAMÍLIA – ESPOSA E PROLE

Não tendo o convívio com a sua aldeia, o senhor Teodorico Leite dos santos se considera indígena, pois sua mãe era guarani, vinda do Paraguai e se estabeleceu no Paraná, onde conheceu seu pai que era descendente dos “bandeirantes”. Quando sua mãe não conseguiu acompanhar as caminhadas de seu marido, acabou falecendo quando o senhor Teodorico Leite dos Santos tinha três meses de vida e com este acontecimento ocorrendo, foi adotado por uma família branca agricultora, com a qual passou 10 anos de sua vida, fazendo trabalhos domésticos (servidão) e sofrendo violência doméstica, e por este motivo resolveu fugir de casa e buscou sua sobrevivência e encontrou abrigo com o delegado daquela região, onde passou um tempo de sua vida, trabalhando para esta família e novamente resolveu sair de casa, pois recebia maus tratos da mulher do senhor Fogaça.

Este contexto de violência durante sua infância e adolescência fez com que o indivíduo buscasse meios para sua sobrevivência, muitas vezes trabalhando em empreitadas, entre outros trabalhos manuais e também durante sua jornada obteve ensinamentos com indígenas, mesmo não tendo a vivência com suas origens.

Suas raízes ocorreram principalmente em Cascavel foi onde encontrou sua futura esposa, a dona Edite Vilaca dos Santos, da família Vilaça Bueno, tradicional Cascavelense, da década de 1920, seus pais foram colonizadores da cidade, antigamente chamada de Cascavel Velho.

Passando a viver em Guaraniaçu com sua família, pai de 7 filhos, sendo que sua filha mais velha deu a neta Josiele Cristina para o casal criar na década de 1960, vivendo até o ano de 2003 naquela cidade, onde se tornaram uma família de agricultores, fazendo o cultivo de alimentos (arroz, feijão) e o cultivo de frutas para a comercialização (exportação) e para a própria subsistência. Seus filhos já crescidos, seguiram suas vidas, sendo que somente uma filha ficou morando com o casal, e os ajudando com a lavoura, a dona Margarida Salete dos Santos vivia com o senhor Teodorico e a Senhora Edite, onde seus pais a ajudaram a criar seus filhos.

Na memória de Santos (2018) no ano de 2004 foram morar em São Miguel do Iguaçu, cidade lindeira de Foz do Iguaçu, onde fizeram de sua morada até o ano de 2016, onde sofreram grande impacto com a vinda para a área urbana da cidade de São Miguel do Iguaçu, pois viviam na área rural de Guaraniaçu e tinham sua subsistência vinda de sua lavoura.

No fim do ano de 2016 foram morar na capital paranaense, a cidade de Curitiba e encontraram outra realidade, bem diferente da pequena cidade de São Miguel do Iguaçu, cidade onde conheciam a maioria dos habitantes e o convívio era mais tranquilo, com esta transformação de ares, já na velhice estão começando a se acostumar com a cidade de Curitiba, onde vivem até o ano de 2019.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise documental podemos considerar que Teodorico Leite dos Santos resistiu ao processo de branqueamento, mas não em processo coletivo, apesar da violência sofrida, e não teve um atendimento diferenciado. Por mais que o estado não reconheça ele como indígena, ele se reconhece, não

tendo receio de se identificar como indígena, ele não deixou de fazer seus remédios medicinais, não deixou de praticar as suas curas. O Estado teve sucesso em destituição de seu território, mas não tirou o sentimento de ser indígena. O Estado queria que neste momento ele não se manifesta-se como indígena, porém isso não ocorreu.

Os ensinamentos que aprendeu durante sua jornada pelo estado do Paraná foi de grande importância em sua vida, pois ajudou muitas pessoas a se aliviarem de suas dores. O Paraná foi um estado onde a violência foi bastante utilizada pelos colonizadores e “pioneiros” contra os indígenas e depois com o processo de colonização onde a perda de território indígena foi grande, devido às concessões do governo.

Pois mesmo não tendo convivência com sua família de origem, buscou formas de aprender sobre as suas raízes. Ao longo do tempo foi adquirindo conhecimento de sua cultura indígena e criando resistência contra a cultura branca e assumindo a sua identidade original indígena, durante a entrevista pela forma que ele se posicionou ele não sentia vergonha de identificar como indígena.

De acordo com os dados do IBGE, censo 2010:

O projeto de branqueamento foi um fracasso, não só ele se identifica como indígena, mas os dados do IBGE população indígena em aumentado, o total inclui os 817,9 mil indígenas declarados no quesito cor ou raça do Censo 2010 e que servem de base de comparações com os Censos de 1991 e 2000 e também as 78,9 mil pessoas que residiam em terras indígenas e se declararam de outra cor ou raça, mas se consideravam “indígenas” de acordo com aspectos como tradições, costumes, cultura e antepassados.

No século XX, essa imagem do indígena selvagem estava desaparecendo, por meio da prática da tutela implantada pelo governo, que buscava uma identidade para a nação brasileira, era necessário buscar um lugar para o indígena no território brasileiro pois neste período emergiam políticas de integração dos povos originários através da prática tutelar implantada pelo governo brasileiro. Ai vem as políticas de integração, branqueamento, políticas que fracassaram no sentido de tirar os costumes, sua cultura, suas práticas de curas.

No oeste do Paraná houve grandes mudanças durante o século XX, pois foi quando houve a entrada de empresas na região para fazer a extração

da erva mate e o corte de madeira, empresas que utilização indígenas para a mão de obra, esses trabalhadores ganhavam pouco e viviam em situações precárias, muitas vezes adoecendo, devido às situações precárias em que trabalhavam.

Os indígenas sofreram com os impactos dessa colonização, imigração durante o século XX no Paraná, pois o governo de Vargas estava colocando em ação seu projeto de industrialização e colonização das áreas não exploradas do Brasil e devido a este fato, várias indígenas foram obrigados a começar a trabalhar empresas que estava se instalando no Paraná e para agricultores em sua maioria imigrantes para obter seu sustento, pois suas terras estavam em mãos do poder público, colocando em ênfase no fato em que no início do século XX havia poucas políticas públicas em defesa dos povos indígenas.

Casos de adoção de indígenas por famílias imigrantes (branca), eram frequentes em todo o território brasileiro, famílias colonizadoras adotavam as crianças, jovens para trabalharem na lavoura, geralmente estes jovens praticavam trabalho de servidão desde crianças, mesmo que no século XXI seja considerado trabalho infantil, até meados do século XX era considerado legal (dito como normal pela população brasileira).

Com base na memória de Santos (2018), podemos analisar que ele fez partir de todas estas transformações e processos de mudanças do estado do Paraná, passando pela época tenentista no Paraná (trabalhou durante muito tempo para um Delegado na região do sudoeste paranaense). Durante a sua adolescência viu as mudanças ocorrendo em seu estado, trabalhando na colheita da erva mate na região de Guaíra, fazendo parte do processo de exploração de mão de obra barata, onde ganhava-se pouco e trabalhava-se em condições precárias. Fato pouco discutido na história do Paraná. Podemos concluir que o projeto do Estado, de branqueamento e integração do indígena, fracassou.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História oral**. 4ª ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Loyola, 2004.

BANIWA, Gersem. Atual projeto de nação não tem lugar para povos indígenas, diz indígena e doutor em antropologia. **Entrevista concedida ao Portal EBC**. Brasília. 2013. disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/04/indigena-e-doutor-em-antropologia-social-fala-sobre-projeto-indigenista-para-o>. Acesso em: 15 abril 2019.

BARBOSA, Rodrigo Lins. **O estado e a questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969)**. 2016. 261 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

BRIGHENTI, Clovis A. **O movimento indígena no oeste catarinense e a relação com a Igreja Católica**. Tese Doutorado. PPGHI. UFSC. Florianópolis, 2013. 564 p.

BONDARIK, Roberto; KOVALESKI, João Luiz; PILATTI, Luiz Alberto. A Produção de Erva-Mate e a Iniciação Industrial do Paraná. 19º **Congresso de administração de Ponta Grossa**. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/sindicatos/sindimate-old/uploadAddress/A%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20Erva%20Mate%20e%20a%20Inicia%C3%A7%C3%A3o%20Industrial%20do%20Paran%C3%A1%5B37677%5D%5B6394%5D.pdf>. Acesso em: 06 dez 2019.

BONDARIK, Roberto. **Revolução de 1930: O Paraná e o norte pioneiro**. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_roberto_bondarik.pdf. Acesso em: 02 jun 2019.

CANO, Wilson. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. **Economia**, São Paulo, v. 13, n. 3, p.897-916, set. 2012.

CARDOSO, Flamarion Ciro. VAINFAS, Ronaldo. (org). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier 2012.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História**, Franca, v. 30, n.1, p. 349-371, jun. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000100017&lng=pt&nrm=iso. acessos em 29 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000100017>.

CARVALHO, Maria Lucia Brandt de. **Das terras dos índios a índios sem terra, o Estado e os Guarani do Oco'y: violência, silêncio e luta**. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo: FFLCH/USP, 2013. 835p.

CLASTRES, P. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**.

Prefácio de Bento Prado Jr. Tradução de Paulo Neves. Editora Cosac & Naify: São Paulo, (1980) 2004. 56p.

CONHEÇA A MALÁRIA. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 1, 2005.

COSTA, Samuel Guimarães da. **A Erva-Mate.** Curitiba: Farol do Saber, 1995.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, Fapesp, 1992. 133-154p.

DE PAULA, Silvia. Exploração da Erva Mate no Paraná. In: DE PAULA, Silvia. **Exploração da erva mate nos sertões do Paraná na primeira metade do século**

XX. vol 2. Campo Mourão/PR. 2014. 14-20p.

FAISSAL, El- Khatib. **História do Paraná,** Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba: Gráfica Editora Paraná Cultural, 1969.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FGV. **Moises Lupion de Troia.** Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moises-lupion-de-troya>. Acesso em: 23 Nov 2018.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes:** O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IBGE. Instituto brasileiro de geografia e estatística. **Censo 2010:** população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. 10/08/2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-poblacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>. Acesso em: 02 dez 2019.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco da paz:** poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

MELIÀ, Bartomeu. **Mundo Guarani.** Servilibro/Adriana Almada. 2011. 368p.

MONTEIRO, John. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI. L.D. B. (org.). **Índios no Brasil.** Brasília: MEC, 1994. 105-119p.

MOTA, Lúcio Tadeu. NOVAK, Éder da Silva. **Os Kaingang do vale do rio Ivaí-PR:** História e relações interculturais. Maringá: Ed Uem. 2008.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Afronteira como destino de viagem:** a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907). Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Centro de Estudos Gerais, Curso de Pós-Graduação em História 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História.** São Paulo, n. 10, 1993, p. 8-28.

NOVAK. Eder, MOTA, Tadeu. A política indigenista e os territórios indígenas no paraná (1900-1950). Fronteiras: **Revista de História,** Mato Grosso. v.18, n. 32, p.

76 - 97 | Jul. / Dez. 2016.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. In: **Ética e história oral: Projeto História**. São Paulo, vol. 15, 1997.

PRIORI, Angelo., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. 234 p.

RCID. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Tekoha Guasu Guavirá. Grupo Técnico constituído pelas Portarias Funai n° 139/PRES, de 17.02.2014, e n 402/PRES, de 25.04.2014. **Relatório**. Marina Vanzolini Figueiredo – antropóloga-coordenadora; Camila Salles de Farias – geógrafa colaboradora; Diogo de Oliveira - antropólogo-assistente / biólogo. Brasília/DF. 2018.

ROCHA, Leandro Mendes. **A Política Indigenista no Brasil: 1930-1967**. Goiânia: UFG, 2003. 260 p.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **A integração do índio na sociedade regional**. A fundação dos postos indígenas em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1970.

SANTOS, Teodorico Leite dos. **Depoimento cedido a Paula Silva**. Curitiba. 2018.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora M. S. **Histórias do cotidiano paranaense**. Curitiba: Ed. Letra Viva, 1996.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. In CARDOSO, Flamarion Ciro. VAINFAS, Ronaldo. (org)**Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier 2012.

VISITE O BRASIL.COM.BR. **Revolução de 1930**. Disponível em: <https://www.visiteobrasil.com.br/sul/parana/historia/conheca/revolucao-de-1930>. Acesso em: 20 maio 2019.

WACHOWICZ, Ruy C. **Obrageros, mensus e colonos**. História do oeste paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982. 206p.

WITTMANN, Luisa Tombini. **O Vapor e o Botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

ANEXO

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA FEITA COM TEODORICO LEITE DOS SANTOS

Me chamo Teodorico leite dos santos, tenho 96 anos nasci em Guarapuava, sou brasileiro, foi criado em Ibema, fui filho adotivo, adotado por Pedro formigão e dona Maria, o meu padrinho era alcoólatra e eu apanhava todos os dias, meu irmão não apanhava, pois era filho de sangue do casal e tinha que acordar bem cedo para trabalhar, esquentar água, tratar dos animais e trabalhar na lavoura, com tanta violência resolvi fugir de casa, sai somente com um maço de rapadura debaixo braço e viajei a noite toda, ao amanhecer cheguei na casa de um senhor chamado Siviriano, que me ajudou com comida e pousada e indicou um local para seguir caminho, quando cheguei na casa da pessoa indicada, um delegado conhecido como Joaquim fogaça, dali a três dias, eu cheguei sangrando e todo sujo, e ai contei o ocorrido e o senhor Fogaça que me deu roupas novas e me vestiu e a partir dai comecei a trabalhar para o delegado e disse que se ele apanhasse fugiria novamente.

Fiquei dez anos, trabalhando junto com o delegado, ai resolvi ir embora, pois a mulher do senhor, era muito ruim e me tratava muito mal, tinha que trabalhar o dia todo e ela não me alimentava, sempre me deixando sem comida. Até um certo dia eu resolvi pedir comida e a senhora chegou na hora e tentou me bater. E ai resolvi seguir meu caminho novamente.

Aprendi a fazer benzimento e a utilização de ervas medicinais, aprendi com um tal de Augustinho Alves, as técnicas de corte da erva mate, na cidade de Guaíra, trabalhei na área de secagem de erva e de guaino.

Não eu aprendi, agora vou explica certo, eu trabalhava de cozinheiro na lancha, trabalhei um ano e logo após peguei malária, dai peguei o este negócio do nervo, macoco la, passei três meses no hospital, andando por mando dos enfermeiros, um se chamava Galeano e outro Panaino, um de origem paraguaia e o médico, chamado César, fiquei um mês sem poder falar, pois a minha garganta estava bem inflamada.

Está fazendo 40 anos que estou bem, pois um alemão que o curou, ele se chamava Alfredo Pras, ele temperou uma garrafinha de coca e o mandou tomar. Eu me considero indígena, não eu só índio tupi-guarani, não posso me lembra, me deixaram com dois ou três meses, meu pai eu nem conheci, não ele era indígena, minha mãe eu sei que era índia guarani.

Olha Deus que me perdoa, logo que eles vieram pra Cascavel ela (dona Edite Vilaca dos Santos) estava com 8 anos, anos se passaram e fiz o pedido de casamento e ela aceitou, porém a idade era um obstáculo, pois ela só tinha 13 anos e ai o pai dela ele roubou a idade da filha e a registrou com 16 anos.

Do casamento, por minha vez não tem mais casamento, ela resolveu de casa com o senhor, ai ocorreu o registro da dona Edite.

Tive oito filhos, primeiro a Tereza, depois a Rose, a terceira a Rose, a quarta o Jorge, o quinto a Lurdes, Marcos, Salete e Márcio. Neto, Tereza tem o Juju, nem sei o nome certo dele, a Josiele, o Felipe, a Rose, os filhos são o Davi e a Aline, a Larissa, o Zé tem sete, o Jorge tem quatro, o Davi, a Lurdes teve a Carlinha a Meire, e a Midiã, a Salete teve sete, o da mais velha é Andréa Vanessa, Paula Fernanda, o Maicon, Edicleia, Joslaine e o Lucas, o Marcos teve o Natan, o Alexandre, a Tassila, Samela e o Gabriel.

Dos bisnetos do Zé eu nem sei aonde eles moram, eu conheço só duas meninas. Em Cascavel dois moram, em Santa Catarina o Zé e o Marcos, Tereza em Mato Grosso.

Como que eles me tratavam, afinal que eu não posso te explica como eles me tratavam, sei que eu apanhava todo dia. Depois de adulto me tratavam de bugrinho, mas minha vivência era boa, eu morava, tinha meus cavalos, meus cachorros, meus armamentos, eu caçava, comia carne todo dia, ai não sofri mais.

Aprendi a trabalhar com o falecido Fogaça, era meu pai, era meu amigo, me ensinou a faze balaio, cesto, cangaia, e aprendi a tirar madeira com ele, ele era careca e branco, mais o pai dele era índio.

Eu pratiquei muito remedinho pra anjo, hoje não faço e não posso ensina ninguém, eu não posso ensina, pois vai vir um tempo que os médicos proibirão a prática medicinal nativa, pois a lei esta mudando dia após dia. Senti

muita vontade, mais nunca pude ensinar ninguém.

A dona Edite sabe muito remédio, fiz uma simpatia pra ela e ela acredita, uma rendidura, eu faço minhas orações deus, me deu aquela força, mais ela não acredita, ela acredita só em um benzimento que eu fiz pra ela, você acredita nas minhas palavras.

Faço para um temporal de vento, isso aí você pode pedir pra deus, como corta o vento pra desviar da sua casa, eu vou te ensinar isto aí, mais você não está acreditando: reza o pai nosso e oferece pra deus, pra Jesus calme este vento como fez para as ondas do mar e reza o pai nosso e oferece pra ele, reza uma vez só e faz três cruzeiros e pedi pra deus calma o vento, como calma as ondas do mar e faz três cruzeiros. Minha religião é importante, da minha palavra, mais dos outros não. Na nossa língua não fala deus é Tupã, pra falar no bicho feroz é a Pantera.